

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014

Aos 25/02/2014, às catorze horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, reuniram-se a Pregoeira Carine Carvalho Wagner, os membros da Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria n.º193/13, de 27/02/2013, juntamente com a Engenheira Ambiental Lidiane Radtke, que ocupa o cargo de Diretora do Departamento de Meio Ambiente, junto à Administração Municipal, para proceder ao julgamento dos recursos interpostos pelas empresas RIGUER DIEGO DA SILVEIRA ME e ALESSANDRA LOSEKANN ROSA – EPP, referentes à licitação – modalidade Pregão Presencial Nº 02/2014, que tem por objeto a **“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D’ÁGUA E CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS, NOS PRÉDIOS ESCOLARES MUNICIPAIS”**.

DOS FATOS: A empresa RIGUER DIEGO DA SILVEIRA ME foi julgada inabilitada porque não apresentou o documento exigido para o item 1 – Licença de operação para limpeza e desinfecção de reservatórios de água ou declaração de isenção de licenciamento, emitida pela FEPAM, descumprindo o subitem 7.4.1, do Edital. Também não apresentou os documentos exigidos para o item 2: Licença de transporte rodoviário de produtos e/ou resíduos perigosos, emitida pela FEPAM e Licença de operação ou autorização ambiental para serviços de aplicação de agrotóxicos, domissanitários, inseticidas, raticidas e afins, emitidas pela FEPAM, descumprindo os subitens 7.5.1 e 7.5.2, do Edital, respectivamente.

DAS RAZÕES: A empresa RIGUER DIEGO DA SILVEIRA ME alega que a comissão de licitação recusou-se em aceitar a habilitação da empresa relativa à FEPAM, lembrando que a atual exigência da habilitação ambiental de forma a contemplar as duas licenças e a declaração de isenção pela FEPAM foram solicitadas pela recorrente, sendo que em outros certames já havia sido feito o mesmo pedido, ao longo de alguns anos, através de impugnações. Alega, ainda, que a habilitação da FEPAM é requisito de quaisquer licitações para serviços com as mesmas atividades objeto do Pregão em tela, e que a empresa nunca obteve recusa de sua habilitação por não aceitação do documento apresentado, com vistas a apenas formalizar uma situação já existente, qual seja o licenciamento completo para execução dos serviços, sendo essa a verdade real que deve superar exigências forçosas de puro aspecto formal, o qual não desfaz o fato da empresa possuir toda habilitação disponível certificada eletronicamente. Argumenta que nas licitações das quais participa a empresa, os pregoeiros conferem a veracidade das informações eletronicamente no sítio, o qual exige apenas o CNPJ da empresa, ou seja, inclusive qualquer pessoa pode consultar o documento eletrônico, documento esse que é certificado digitalmente. Também argumenta que o Inciso XXI, do Artigo 37 da Constituição Federal prescreve o limite das exigências nos procedimentos licitatórios e que a redação do caput dos artigos 30 e 31, da Lei nº 8.666/93, é unívoca ao prescrever que a documentação relativa à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira “limitar-se-á”, e portanto, não se pode exigir outros documentos afora os prescritos nos incisos e parágrafos dos artigos 30 e 31, da Lei nº 8.666/93. Por fim, alega que, no que toca às generalidades dos documentos exigíveis na fase da habilitação, o ato convocatório padecerá de vício de Lei que norteia e define a lógica do que se pode, deve ou não exigir para fins de habilitação em licitação, já que define que a documentação de ordem técnica limita-se à prova de atendimento de requisitos previstos em Lei especial, que no presente caso, constitui-se na regulamentação legislativa de competência da FEPAM.

DAS CONTRARRAZÕES: A empresa ALESSANDRA LOSEKANN ROSA – EPP afirma em sua contrarrazão que o recorrente, inconformado com sua colocação no referido Pregão, se insurge com alegações e observações não como recurso, mas como quem está impugnando o Edital, e que isto deveria ser apresentado dentro do prazo estabelecido na Lei de Licitações 8.666/93, observando os seguintes argumentos: a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estreitamente vinculada; além disso, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação, por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º, do art. 113; ainda, que decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação, perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994). A empresa recorrida alega, também, que apresentou todos os documentos solicitados, conforme Item 7. DA HABILITAÇÃO, páginas 06 a 08 do Edital Pregão Presencial 02/2014, em questão, e atendeu todas as solicitações descritas no mesmo, não desrespeitando os pedidos do Edital, ao contrário da empresa RIGUER DIEGO DA SILVEIRA ME, que não apresentou no dia do certame as Licenças exigidas nos subitens 7.4.1, 7.5.1 e 7.5.2, do Edital, estando por estes motivos, inabilitada no certame. E, que a empresa INSE – RAT DESINSETIZAÇÃO LTDA. não apresentou no dia do certame as Licenças exigidas nos subitens 7.4.1 e 7.5.1, do Edital, estando por estes motivos, da mesma forma, inabilitada no certame. A empresa argumenta que em ato contínuo, a Senhora Pregoeira concedeu a palavra aos representantes das empresas no certame, RIGUER DIEGO DA SILVEIRA ME e INSE – RAT DESINSETIZAÇÃO LTDA., para manifestação da intenção de interpor recursos imediatos e motivados, sendo que não houve manifestação de recurso, por nenhuma das duas empresas mencionadas, acarretando assim, a decadência do direito de recorrer, pois nada tinham a apresentar que pudesse obstaculizar a declaração da empresa ALESSANDRA LOSEKANN ROSA – EPP, como vencedora do certame. A recorrida afirma que a recorrente RIGUER DIEGO DA SILVEIRA ME deixou de cumprir com normas e/ou requisitos básicos, necessários e importantíssimos, descritos no edital do Pregão Presencial nº 02/2014, não apresentado toda documentação solicitada, sob pena de inabilitação, e que, embora seja microempresa, não possui direito de incluir documentos posteriormente, mesmo que se trate de documento fiscal, o que se depreende da Lei 8.666/93 e da Lei Complementar 123/2008, respectivamente, conforme segue: Lei 8.666, Art. 41 – A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Art. 43, § 3º - É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta. LC 123, Art. 43 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Afirma, inclusive, que a Lei 8.666/93, que regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, aduz, no Art. 3º - A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do

juízo objetivo e dos que lhes são correlatos; e no Art. 41 – A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculado. Por fim, argumenta que em obediência ao princípio da legalidade (fazer o que a Lei ordena) e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (fazer o que o edital ordena), o certame deve permanecer inalterado, valendo a decisão do mesmo e a habilitação da empresa ALESSANDRA LOSEKANN ROSA – EPP como vencedora do certame; ainda manifesta que, pelo exposto, comprovando a inanição das provas oferecidas pela recorrente na tentativa de eliminar a recorrida, e dos argumentos apresentados, fica escancarada pela ora requerente sua capacidade técnica, lisura e oportunidade para sagrar-se como apta a prestação do serviço lícito.

DOS FUNDAMENTOS: O edital é a lei maior da licitação, sendo que para que ocorra a habilitação das empresas é necessário que sejam preenchidos todos os requisitos constantes neste instrumento que, frize-se, é a lei entre as partes. O edital do Pregão Presencial 02/2014 exige outros documentos para o item 01, a seguir transcritos: 7.4.1 - Licença de operação para limpeza e desinfecção de reservatórios de água ou declaração de isenção de licenciamento, emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler do Estado do Rio Grande do Sul – FEPAM; 7.4.2 - Alvará Sanitário ou termo equivalente. E para o item 02: 7.5.1 - Licença de transporte rodoviário de produtos e/ou resíduos perigosos, emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler do Estado do Rio Grande do Sul – FEPAM; 7.5.2 - Licença de operação ou autorização ambiental para serviços de aplicação de agrotóxicos, domissanitários, inseticidas, raticidas e afins, emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler do Estado do Rio Grande do Sul – FEPAM; 7.5.3 - Licença Sanitária ou termo equivalente, conforme RDC 52; 7.5.4 - Declaração de que possui veículo para transporte de produtos saneantes desinfetantes e equipamentos dotado de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas, e atender as exigências legais para transporte de produtos perigosos; 7.5.5 - Anotação de responsabilidade técnica do profissional técnico da empresa, devidamente habilitado pelo respectivo conselho profissional, responsável pela execução do serviço. Os referidos documentos foram exigidos, com amparo no Art. 30, Inciso IV, da Lei 8.666/93, que prevê: “A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á à prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso”. A empresa recorrente **não apresentou** os documentos exigidos nos subitens 7.4.1, 7.5.1 e 7.5.2, do Edital, tendo apresentado somente o relatório das atividades licenciadas pela FEPAM para esta empresa, disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Pregoeira e equipe de apoio, juntamente com a Engenheira Ambiental Lidiane Radtke, que ocupa o cargo de Diretora do Departamento de Meio Ambiente, junto à Administração Municipal, analisando os recursos apresentados pela empresa recorrente e pela recorrida, constataram o que segue:

As razões para a inabilitação da empresa RIGUER DIEGO DA SILVEIRA ME, no certame, está fundada no descumprimento dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e, principalmente, **da vinculação ao instrumento convocatório**, dentre outros que norteiam os atos da administração pública, princípios encontrados no Artigo 37, Caput, da CF/88. A partir deste diploma legal, a Lei 8.666/93 prevê, em seu Artigo 3º:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e

julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Cabe salientar, ainda, que a empresa habilitada apresentou a documentação em questão e, portanto, estaríamos ferindo o princípio da igualdade entre os licitantes ao habilitar a empresa recorrente, ora mencionada.

Pelo exposto, a Pregoeira e equipe de apoio, juntamente com a Engenheira Ambiental Lidiane Radtke, resolvem, por unanimidade, **não dar provimento** ao recurso interposto pela empresa RIGUER DIEGO DA SILVEIRA ME, e, desta forma, mantém a sua decisão inicial, que a inabilita no certame. Ao Senhor Prefeito Municipal para decisão final. Nada mais havendo a tratar, após lida e aprovada, será assinada e encerrada a presente ata, que está sendo postada no site oficial da Prefeitura Municipal de Candelária, em 27/02/2014.

CARINE CARVALHO WAGNER – PREGOEIRA

CAIO WOHLBERG PIRES – EQUIPE DE APOIO

LIDIANE RADTKE – ENGENHEIRA AMBIENTAL